



Requerimento UNILA para inclusão de objetivos e metas no novo PNE
Comissão de Educação e
Comissão Especial de elaboração do Plano Nacional de Educação

21 de agosto de 2025

INTRODUÇÃO

A **Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)** foi criada em 2010 com o objetivo de promover a integração regional entre os países da América Latina e Caribe por meio da educação, ciência e cultura. Localizada em Foz do Iguaçu, na tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, a UNILA é singular em seu modelo acadêmico, com cursos voltados às realidades latino-americanas e caribenhas, aulas bilíngues (português e espanhol) e ambiente multilingue. Atualmente é uma comunidade universitária composta por aproximadamente 5.500 alunos, dos quais, cerca de 2.070 estudantes internacionais (migrantes e refugiados) de mais de 30 nacionalidades, além de estudantes de comunidades indígenas de quase toda América Latina.

A missão da UNILA vai além da formação acadêmica tradicional. A universidade desempenha um papel essencial na integração regional, tendo formado mais de 1.500 estudantes internacionais comprometidos com a transformação social, o desenvolvimento sustentável e a redução das desigualdades no Mercosul, América Latina, Caribe e Sul Global. Em regiões fronteiriças, como onde está inserida, a educação superior tem um impacto direto na geração de conhecimento, no estímulo à economia local, na valorização da diversidade cultural e no fortalecimento da cooperação entre os povos.

Nesse contexto, desde sua criação, a UNILA possui processo seletivo internacional próprio, com destinação de metade das vagas da graduação para estudantes internacionais e metade para brasileiros. Além disso, passou a promover ações afirmativas para imigrantes involuntários desde 2014 com o Programa Pró-Haiti; já em 2019, ampliou as nacionalidades com o Processo Seletivo específico para pessoas refugiadas, solicitantes de refúgio e portadores de visto humanitário e também incluiu este grupo nas ações afirmativas da pós-graduação em 2022. Faz parte das mais de vinte instituições públicas do país que adotaram políticas públicas de acesso e permanência de imigrantes involuntários nos últimos anos, porém é a única em um território de fronteira tríplice e que tem uma população de



imigrantes universitários (voluntários e involuntários) tão expressiva. Tal percurso de inclusão busca reconhecer as particularidades dessas populações, permitindo o ingresso por meio de critérios diferenciados, que valorizam a trajetória de vida e a documentação disponível, muitas vezes limitada pela condição de deslocamento forçado. A seleção é gratuita e ocorre anualmente, com oferta de vagas em todos os cursos de graduação, e os estudantes passam a ter acesso aos auxílios estudantis: alojamento, alimentação, apoio psicossocial e de saúde, desde o seu ingresso.

Ao promover a inclusão de migrantes e refugiados, a UNILA reafirma sua missão e papel como espaço de aprendizagem, diversidade e construção coletiva de saberes. Essa iniciativa contribui não apenas para a reconstrução de projetos de vida interrompidos pelas guerras, violências, perseguições, crises econômicas e climáticas, mas também para o enriquecimento do ambiente acadêmico e escolar interdisciplinar e intercultural, com múltiplas experiências e visões de mundo que também impactam positivamente na formação dos estudantes brasileiros.

Porém, em conjunto com os diálogos e contribuições que tecemos na II Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia (COMIGRAR), verificamos, no nosso dia a dia que engenheiros, biólogos, professores e diversos cientistas e profissionais que passam anos em busca da revalidação de seus diplomas no Brasil, sem alcançar êxito e sem poder contribuir com todo seu conhecimento para a sociedade brasileira. Estudantes que precisam da revalidação do ensino médio realizado no exterior, e pelo qual devido aos vários métodos de revalidação de cada estado brasileiro, acabam se deslocando para Santa Catarina ou São Paulo, que possuem um sistema de revalidação menos burocrático e mais digitalizado.

As crianças migrantes enfrentam dificuldades para serem matriculadas em salas de aula compatíveis com seu nível educacional, pois os professores têm dificuldade em avaliá-las, em função de barreiras linguísticas e culturais. Além disso, muitos docentes da educação básica se sentem desamparados ao lecionar em salas de aula multiculturais, especialmente em cidades de fronteira e em locais que receberam a Operação Acolhida, por exemplo, pois se vêem sem formação e suporte adequado para enfrentar tais desafios.

Deste modo, e diante dos atuais fluxos migratórios, consideramos que a educação pública pode ser agente de transformação social, integração regional, desenvolvimento social e promoção da justiça e equidade. Porém, a UNILA ao fomentar a inclusão de imigrantes e refugiados em seus cursos, assim como ao contribuir com a educação básica via projetos de extensão e de pesquisa vinculados aos desafios da inserção de crianças migrantes, considera fundamental que para o novo Plano Nacional de Educação sejam consideradas as seguintes

propostas, que em parte são oriundas da experiência cotidiana na fronteira e da audiência pública realizada no último dia 15 de agosto junto à comunidade acadêmica e comunidade externa, com forte participação da Cátedra Sérgio Vieira de Mello, migrantes, refugiados, técnicos, professores universitários e da educação básica de Foz do Iguaçu.

JUSTIFICATIVA PARA A INSERÇÃO DE NOVO OBJETIVO:

O Brasil, como signatário de acordos internacionais de direitos humanos e educação, precisa assegurar que migrantes, refugiados e apátridas tenham condições educacionais inclusivas, articulando-as com o cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: ODS 4 (Educação de Qualidade), ODS 10 (reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles), e das leis 9.474/1997 e 13.445/2017, alinhando-se a uma concepção de educação como direito humano fundamental, independente de nacionalidade ou status migratório.

Diante disso, consideramos fundamental **incluir o público de migrantes, refugiados e apátridas em todas as estratégias do PNE que tratam de diversidade e inclusão**, como por exemplo no Objetivo 8, que trata dos grupos historicamente excluídos (ex.: quilombolas, indígenas, população do campo).

Além disso, solicitamos inclusão, na temática: Diversidade e Inclusão do seguinte objetivo e metas.

Objetivo: Assegurar a inclusão efetiva de migrantes, refugiados e apátridas no sistema educacional brasileiro, em todos os níveis e modalidades, garantindo equidade, permanência, respeito à diversidade cultural e linguística, e valorização das identidades.

O objetivo busca garantir o acesso, a oferta de atendimento educacional especializado e a aprendizagem dos estudantes migrantes em vulnerabilidade em todos os níveis, as etapas e as modalidades do ensino formal, assegurando equidade, respeito à diversidade cultural e inclusão, em conformidade com os princípios dos direitos humanos e das políticas educacionais brasileiras.

Meta 1. Universalizar o acesso e a permanência à educação básica para crianças, adolescentes e adultos migrantes, eliminando barreiras burocráticas, linguísticas e culturais.

Estratégias:

- Incentivar campanhas educativas contra xenofobia, racismo e demais formas de

preconceito nas escolas e universidades;

- Implementar adaptações e flexibilizações curriculares e avaliativas que atendam às necessidades educacionais específicas desse público;
- Criar programas de valorização da diversidade cultural e alimentar de crianças migrantes no espaço educacional;
- Oferecer cursos de português para pais de crianças migrantes, com vocabulário adaptado ao contexto regional;

Meta 2. Garantir acolhimento e suporte linguístico, cultural e psicossocial para estudantes migrantes.

Estratégias:

- Criar um programa nacional de acolhimento para as escolas e universidades;
 - Oferecer cursos de português como língua de acolhimento (PLA) nas escolas e universidades;
 - Oferecer apoio psicossocial nas escolas e universidades;
 - Criar diretrizes nacionais para a contratação e atuação de intérpretes e mediadores culturais nas escolas e universidades.
-

Meta 3. Formar educadores e gestores para atuação em contextos interculturais e multilíngues.

Estratégias:

- Implementar programas de formação inicial e continuada em educação inclusiva, intercultural e multilíngue;
 - Implementar a formação continuada de professores e gestores para atuação em contextos multilíngues e interculturais, com apoio das universidades públicas;
 - Criar políticas para contratação e valorização de professores migrantes;
 - Inserir conteúdos sobre migração e diversidade linguística nos currículos de licenciatura e pedagogia.
-

Meta 4. Simplificar e unificar entre os entes federativos os processos de reconhecimento/revalidação de diplomas de migrantes de ensino médio.

Estratégias:

- Criar diretrizes nacionais para simplificação e unificação dos processos de revalidação de diplomas do ensino médio;
 - Padronizar os procedimentos a nível nacional para revalidação do certificado de conclusão do ensino médio cursado no exterior.
-

Meta 5. Simplificar e unificar os processos de revalidação e reconhecimento de diplomas de ensino superior, valorizando as universidades públicas.

Estratégias:

- Incentivar o lançamento de editais periódicos para revalidação de diplomas, com capacitação de servidores e apoio técnico-financeiro às universidades públicas;
 - Estabelecer metas de atendimento e prazos máximos para análise dos processos de revalidação;
 - Bonificar, na avaliação de cursos, aqueles que atenderem as metas e prazos previstos.
-

Meta 6. Promover a equidade no ensino superior, assegurando vagas por meio de ações afirmativas.

Estratégias:

- Incluir refugiados e imigrantes em vulnerabilidade socioeconômica como grupo de acesso a cotas específicas no ensino superior;
- Instituir programa de acolhimento e nivelamento acadêmico para migrantes no ensino superior;
- Flexibilizar a documentação requerida dos refugiados para acesso aos auxílios estudantis.

Meta 7. Gerar indicadores de monitoramento da educação de migrantes e refugiados.

Estratégias:

- Monitorar e avaliar as taxas de matrícula, evasão e desempenho e conclusão, com dados desagregados por perfil migratório, gênero e raça para subsidiar o aperfeiçoamento de políticas públicas, em todos os níveis de ensino;
- Incluir a dimensão de gênero nos indicadores do Censo da Educação Superior da população de migrantes.

Meta 8. Considerar o público migrante nas avaliações formais da educação nacional (i.e: IDEB e ENADE)

Estratégias:

- Incorporar dimensões linguísticas em avaliações nacionais, garantindo acessibilidade linguística;
- Flexibilizar a participação de migrantes nas provas avaliativas nacionais, em especial nas regiões de fronteira.
- Criar métricas de avaliação condizentes com a diversidade cultural e linguística de cada região do país.

Atenciosamente,

Diana Araujo Pereira
Reitora UNILA

ANEXO I - Síntese das propostas.

Objetivo: Assegurar a inclusão efetiva de migrantes, refugiados e apátridas no sistema educacional brasileiro, em todos os níveis e modalidades, garantindo equidade, permanência, respeito à diversidade cultural e linguística, e valorização das identidades.

Meta 1. Universalizar o acesso e a permanência à educação básica para crianças, adolescentes e adultos migrantes, eliminando barreiras burocráticas, linguísticas e culturais.

Meta 2. Garantir acolhimento e suporte linguístico, cultural e psicossocial para estudantes migrantes.

Meta 3. Formar educadores e gestores para atuação em contextos interculturais e multilíngues.

Meta 4. Simplificar e unificar entre os entes federativos os processos de reconhecimento/revalidação de diplomas de migrantes de ensino médio.

Meta 5. Simplificar e unificar os processos de revalidação e reconhecimento de diplomas de ensino superior, valorizando as universidades públicas.

Meta 6. Promover a equidade no ensino superior, assegurando vagas por meio de ações afirmativas.

Meta 7. Gerar indicadores de monitoramento da educação de migrantes e refugiados.

Meta 8. Considerar o público migrante nas avaliações formais da educação nacional (i.e: IDEB e ENADE).